

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
O conceito de crise estrutural em Immanuel Wallerstein			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Fábio Pádua dos Santos	Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	Doutorando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Na economia política contemporânea, o tópico da crise é objeto de grande debate. Sob esta perspectiva, não é surpreendente haver muito a discutir, começando pela plasticidade do conceito crise. Muitas são as situações em que o conceito é empregado: ora para se referir aos antagonismos circunscritos às esferas específicas da existência (economia, política ou sociocultural); ora para distinguir o nível da realidade (eventual, conjuntural ou estrutural) no qual este antagonismo se manifesta. Entre os autores que se propõe analisar globalmente o modo capitalista de produção, pode-se distinguir dois grupos: o primeiro corresponde às divergências em torno do caráter das transformações das formas de reprodução do capital (Doménil & Lévy; Chesnais; Fiori); o segundo grupo, ao contrário, tem se esforçado para colocar em perspectiva aquelas contradições fundamentais do modo capitalista de produção que tendem a indicar os limites absolutos desta forma de existência humana (Hobsbawm; Mézaros; Wallerstein).</p> <p>No presente trabalho, dedicarei especial atenção à concepção de crise estrutural de Immanuel Wallerstein. Para este autor, as verdadeiras crises são aquelas que não encontram solução nos marcos do sistema. Deste ponto de vista, Wallerstein vem argumentando, desde a década de 1980, para o caráter geral da crise. Segundo ele, vivemos hoje um impasse que questiona a capacidade de acumulação capitalista em nível mundial. Este impasse se revela, por um lado, na elevação dos custos da força de trabalho, dos fatores de produção e de taxa dos Estados que, por sua vez, estão associados a três tendências de longa duração: a “desruralização”; o esgotamento ecológico; e a democratização. Por outro lado, na desestabilização do liberalismo centrista enquanto ideologia dominante capaz de sedimentar o conflito de classes no sistema-mundo moderno.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Capitalismo, crise, sistema-mundo			
ABSTRACT			
<p>In the contemporary political economy, the crisis topic is object of great debate. Under this perspective, it is not surprise there is much to discuss starting by the plasticity of crisis's concept. The situations in which concept is employed are much: sometimes it concerns to antagonisms circumscribed to specific sphere of life (economy, political or sociocultural); sometimes it distinguishes the level of reality (event, conjuncture or structure) in which this antagonism became manifest. Between the authors who propose an global analysis of the capitalist mode of production, there are two groups: the first group corresponds to divergences around the nature of the transformations the forms of capital reproduction (Doménil & Lévy; Chesnais; Fiori); the second, unlike, has been attempt to put in perspective those fundamental contradictions of the capitalist mode of production which disposes the absolute limits of this human existence form (Hobsbawm; Mézaros; Wallerstein).</p> <p>In this paper my attention falls back to concept of structural crisis of Immanuel Wallerstein. For Wallerstein the true crises are those which do not found solution inside of the system. From this point of view, he has been arguing, since 1980's, by general nature of the crisis. According to Wallerstein, nowadays we live an impasse which put in question the capacity of capitalist accumulation in world level. This impasse become manifest, on the one hand, in the increase of the labor force costs, of the production costs, and tax, which are articulated with three structural trends: deruralize; ecological exhaustion; and democratization. On the other hand, it manifest in the destabilization of centrist liberalism while dominant ideology able to sediment the class struggle in the modern world-system.</p>			
KEYWORDS			
Capitalism, crisis, world-system			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o marxismo e o Estado			

O CONCEITO DE *CRISE ESTRUTURAL* EM IMMANUEL WALLERSTEIN

Fábio Pádua dos Santos

Introdução

Na economia política contemporânea, o tópico da *crise* é objeto de grande debate. Sob esta perspectiva, não é surpreendente haver muito a discutir, começando pela plasticidade do próprio conceito de crise. Muitas são as situações em que o conceito é empregado: ora para se referir aos antagonismos circunscritos às esferas específicas da existência (economia, política ou sociocultura); ora para distinguir o nível da realidade (eventual, conjuntural ou estrutural) no qual estes antagonismos se manifestam. Entre os autores que se propõe analisar globalmente o modo capitalista de produção, pode-se distinguir dois grupos: o primeiro corresponde às divergências entorno do caráter das transformações das formas de reprodução do capital (Doménil & Lévy; Chesnais; Fiori); o segundo grupo, ao contrário, tem se esforçado para colocar em perspectiva aquelas contradições fundamentais do modo capitalista de produção que tendem a indicar os limites absolutos desta forma de existência humana (Hobsbawm; Mézaros; Wallerstein). No bojo deste debate, dedicarei especial atenção à concepção de *crise estrutural* de Immanuel Wallerstein.

Para Wallerstein as verdadeiras crises são aquelas que não encontram solução nos marcos do próprio sistema. Segundo ele a crise da década de 1970, da qual a crise financeira de 2008 é apenas mais um episódio, abriu um período de transição semelhante à transição do feudalismo para o capitalismo. Wallerstein tem sugerido ousadamente que o sistema capitalista mundial experimenta um impasse, uma situação de bifurcação, na qual está em jogo sua capacidade global de reprodução em nível mundial. O custo da força de trabalho, o custo dos fatores de produção e o custo de taxaço representam, hoje, limites estruturais da economia-mundo capitalista. De acordo com Wallerstein, estes custos estão associados, por um lado, a três tendências de longa duração: a “desruralização”, o esgotamento ecológico e a democratização.¹ Por outro lado, a desestabilização do liberalismo centrista enquanto ideologia dominante capaz de sedimentar o conflito de classes no sistema-mundo moderno é outra forma de manifestação da crise.

A motivação inicial do presente texto foi o estudo preparatório para os seminários sobre crise do capitalismo contemporâneo no curso de doutoramento do Instituto de Economia da Unicamp ministrado pelo professor José Carlos Braga no segundo semestre de 2012. Na ocasião, a despeito das críticas que lhe são pertinentes, ficou perceptível o desconhecimento sobre as ideias de

¹ WALLERSTEIN, I. “Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo-prazo da trajetória do sistema-mundo” In: *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003, pp.71-92. Ver também “Structural Crises” In: *New Left Review*, 62, mar-apr, 2010, pp.133-142.

Wallerstein, bem como o predomínio da visão estereotipada que envolve sua obra. Diante destas circunstâncias tomei a iniciativa e o desafio de tentar expor sumariamente a concepção de Wallerstein da crise contemporânea, o que exige um conhecimento mínimo de seu pensamento. Sendo assim, o presente texto se propõe, de um lado, ser um roteiro de estudo da obra de I. Wallerstein e, de outro, ser uma resenha da sua visão da crise contemporânea.

O esforço de síntese revelou-se a principal dificuldade. A tentativa de resumir o argumento do autor exigiu que fossem suprimidas algumas mediações, o que talvez possa ter dado lugar a um certo ar de mecanicidade em seu pensamento. Pessoalmente não acredito que seja este o caso. Nos limites deste trabalho não lançarei mão do método historiográfico para apresentar o modo de pensamento do autor, uma vez que Eduardo Mariutti já reconstituiu os caminhos da Perspectiva dos Sistemas-Mundo.²

Como guia para introduzir os principais temas que constituem a perspectiva seguirei a livro *World-system Analysis: an introduction*, que, segundo minha interpretação, representa um texto síntese do modo de pensamento deste autor. Síntese no sentido de expor de maneira concisa e articulada os principais conceitos e categorias que configuram a Análise dos Sistemas-Mundo. Um texto denso e de difícil apresentação. Por isso, meu objetivo será expor os pontos principais desenvolvidos por Wallerstein em cada capítulo retirando destes as implicações para o estudo da mudança social. À medida que os temas centrais forem emergindo, procurarei indicar livros, capítulos e artigos nos quais Wallerstein dedicou-se a desenvolver sua reflexão.

Para compreender a mudança social

I. Wallerstein, ao desenvolver os fundamentos da perspectiva dos sistemas-mundo, tem por objetivo chamar a atenção do leitor para a *complexidade* do estudo da mudança social. Através dos temas da globalização (queda do Muro de Berlin) e do terrorismo (11 de setembro) o autor procura indicar o caráter *histórico-mundial* dos fenômenos sociais e a conexão entre os mesmos. Segundo ele, a dificuldade de se compreender a mudança social deriva do modo compartimentado e estanque a partir do qual se tem estudado a realidade social. Reconhecer o realmente novo é outro grande obstáculo ao sujeito do processo do conhecimento, dado o predomínio das formulações sincrônicas da mudança social. Assim sendo, para Wallerstein, superar as disciplinas e distinguir o novo do velho são os dois grandes desafios postos às ciências sociais contemporâneas, cuja origem remonta

² MARIUTTI, E.B. “A perspectiva dos sistemas-mundo: fundamentos e tendências”. In: VIEIRA, P.A.; VIEIRA, R.L.; FILOMENO, F.A. (orgs.) *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012, p.68. Ver também: MARIUTTI, E.B. “Considerações sobre a Perspectiva do Sistema-Mundo”. In: *Novos Estudos CEBRAP*. Nº. 69, julho de 2004, pp.89-103; ou ainda ARIENTI, W.L. & FILOMENO, F.A. (2007). “Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi”. In: *Ensaio FEE*. Porto Alegre, vol. 28, no. 1, pp. 99-126.

ao século XIX.³ Deste ponto de vista, a reflexão de Wallerstein é um estímulo à reflexão do modo como se tem pensado o estudo da mudança social, por um lado, e um convite à construção da Análise dos Sistemas-Mundo como um método alternativo de interpretação da realidade social, por outro.

Para tentar superar estas duas dificuldades, Wallerstein faz um resgate da constituição das ciências sociais que se consolidaram no século XIX. Nesta reconstituição da História do conhecimento, a *busca da verdade* emergiu como questão central. Wallerstein demonstra que na Modernidade o esforço para se conhecer a verdade conduziu a uma fragmentação progressiva do conhecimento. O primeiro passo foi o divórcio entre a ciência e a filosofia em fins do séc. XVIII. Segundo o autor, esta separação implicou na cisão entre a busca da *verdade* e a busca do *bom* e do *belo*, e, conseqüentemente, na identificação da ciência como caminho “livre de valores” na busca da verdade. Daí o caráter proeminente das *ciências* no século XIX e de seu afastamento das *humanidades*. O segundo passo foi o nascimento da Universidade Moderna. Ela reforçou, para Wallerstein, o abismo criado entre as ciências e as humanidades, na medida em que sua forma de organização burocrática (faculdades, departamentos ou cátedras) legou à ciência a investigação empírica e experimental, e às humanidades a compreensão hermenêutica do estado do mundo. Neste processo, as disciplinas tiveram origem, por sua vez, na divisão interna de cada uma destas faculdades.⁴

É no cruzamento do movimento “em busca da verdade” com a Revolução Francesa que I. Wallerstein considera adequado compreender as origens e a forma de organização das ciências sociais. Na interpretação do autor, a Revolução Francesa trouxe à baila a consciência de que a mudança política é constante e de que a soberania se fundamentava no povo ao invés do monarca. Por conseguinte, explicar o caráter e o ritmo da mudança política, bem como a legitimidade e o processo decisório do povo conformaram as duas questões que delimitaram inicialmente o domínio das ciências sociais. Wallerstein entende que as respostas a ambas as perguntas se situaram entre as ciências e as humanidades. Segundo ele, a História, mais inclinada às humanidades, procurou oferecer respostas a essas questões a partir do estudo do passado. Já, a Economia, a Política e a

³ Para uma apresentação sumária deste ponto ver “Call for a Debate about the Paradigm” (1987) In: WALLERSTEIN, I. *Unthinking social science: the limits of nineteenth-century paradigms*. Cambridge: Polity, c1991, pp.237-56. Ver também FRIEDMAN, Jonathan. “Crises in Theory and Transformations of the World Economy”. In: *Review*, II, 2, Fall, 1978, pp.131-46.

⁴ Para a discussão sobre o que é verdadeiro e objetivo nas ciências sociais ver WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System*. Vol. 1. New York: Academic Press, 1974. Em especial a introdução. Para uma discussão sobre a disjunção da verdade do bom e do belo ver o artigo “Social Science and the Quest for a Just Society” (1997). In: WALLERSTEIN, I. *The essential Wallerstein*. New York, NY: New Press, 2000, pp.185-203. Para uma visão da construção histórica das ciências sociais ver: WALLERSTEIN, I. (coord.). *Abrir las ciencias sociales: informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales*. México, DF: Siglo Veintiuno, 1996. Ver em especial o capítulo 1. Outro texto que merece atenção é o livro de SNOW, C. P. *As duas culturas e uma segunda leitura*. São Paulo, SP: EDUSP, 1995. Texto que inspirou Wallerstein a discutir a fragmentação do conhecimento.

Sociologia, com atitude mais científica, procuraram, por sua vez, respondê-las a partir do estudo presente. Ao problematizar deste modo, I. Wallerstein pretende revelar uma tensão que é constitutiva das ciências sociais do século XIX, e que se repõe através da Antropologia, do Orientalismo e dos estudos de área ao longo da primeira metade do século XX: a oposição constante entre o universal e o particular; entre a lei geral e o específico; entre o conhecimento nomotético e o conhecimento idiográfico. Assim posto, Wallerstein compreende que as estruturas de conhecimento moderno já estavam consolidadas no pós-Segunda Guerra Mundial.⁵ E concluí ser a peculiar relação entre a epistemologia universalista e a forma de organização da universidade moderna o aspecto dominante nas estruturas do conhecimento moderno. As Teorias da Modernização emergiram, assim, como expressão máxima desta característica no domínio das ciências sociais. Com isso chegamos a um momento importante da narrativa de Wallerstein: a Análise dos Sistemas-Mundo teve sua origem nas críticas direcionadas à Teoria da Modernização.⁶

Do período que compreende o fim da Segunda Grande Guerra até a Revolução de 1968 surgiram quatro debates que, em conjunto, contestam as estruturas do conhecimento moderno em geral e os fundamentos das ciências sociais em particular. Neste passo, Wallerstein entende que a crítica da CEPAL à Teoria do Comércio Internacional, e seu posterior desdobramento na vertente marxista da dependência, é antes de tudo crítica ao “certo” universalismo das teorias sociais evocadas a partir do centro. Por outro lado, o debate em torno do conceito de modo de produção asiático, ao colocar em xeque a concepção de estágios do desenvolvimento, abriu, na interpretação do autor, a possibilidade de um olhar menos dogmático às verdades estabelecidas no século XIX. O debate da transição do feudalismo ao capitalismo ocorrido na Inglaterra também contribuiu nesta direção. O exame historicizado das relações sociais de produção revelou os limites de se compreender o capitalismo em um só país, dado a extensão da divisão do trabalho. Por fim, as críticas dos *Annales* direcionadas tanto à historiografia como às ciências sociais representaram, para Wallerstein, uma dura crítica ao perfil excessivamente ideográfico e empiricista da historiografia, por um lado, e ao isolamento das diferentes disciplinas sociais e sua respectiva tentativa de articulação através da linguagem, por outro. Além disso, no plano político-cultural, a crítica à política externa estadunidense, a passividade da União Soviética e a crise no interior da velha esquerda, condensadas no Maio de 1968, conformam o contexto no qual Wallerstein deu início à construção de uma nova perspectiva, a Análise dos Sistemas-Mundo.⁷

⁵ Para uma discussão da constituição das estruturas do conhecimento moderno à luz da questão do universalismo e de suas implicações ver WALLERSTEIN, I. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.

⁶ Para compreender a crítica de Wallerstein à Teoria da Modernização ver: “Modernization Requiescat in Pace” (1976). In: WALLERSTEIN, I. *The essential Wallerstein*. New York, NY: New Press, 2000, pp.106-111.

⁷ Para um balanço das principais contribuições para a formação da Perspectiva dos Sistemas-Mundo ver:

Visto em conjunto, Wallerstein tem a compreensão de que esses debates sugerem três obstáculos à busca da verdade pelas ciências sociais contemporâneas: a opção pelo Estado nacional como unidade de análise relevante ao estudo da mudança social; o tratamento inadequado das temporalidades sociais com ênfase no eventual; e, por fim, o fundamento a-histórico e disciplinar das ciências sociais. É à luz destas dificuldades que o autor empreender um avanço teórico de conceitualização e categorização.

O conceito *sistema-mundo*, central para a perspectiva, resume a tentativa de Wallerstein e de seus “companheiros de rota” em superar tais obstáculos. Primeiro, porque Wallerstein redefine a unidade de análise. O sistema-mundo corresponde a uma determinada zona espaço-tempo, um certo “mundo”, que envolve múltiplas unidades políticas e culturais, e cujo nexos são as atividades e as instituições que operam segundo uma lógica sistêmica. A lógica sistêmica define-se, por sua vez, em função da forma de organização da vida econômica, quais sejam: recíproca, redistributiva ou de mercado. Neste passo, Wallerstein alça três categorias explicativas que resumem, respectivamente, o caráter específico de cada sistema social histórico: *mini-mundo*; *império-mundo*; e *economia-mundo*. Deste ponto de vista, o sistema-mundo moderno se caracteriza por ser uma economia-mundo capitalista. É “economia” porque a forma de organização da vida econômica está pautada pelo mercado; e é “capitalista” porque tal organização está voltada para a acumulação sem fim de capital. Apoiada em uma extensa divisão social do trabalho e dividida entre centro e periferia, o resultado desta forma de organização social é a distribuição desigual do excedente em benefício do centro. Além disso, o que é próprio desta economia-mundo é o fato de o capitalismo se desvincular progressivamente do mercado *pelo* Estado, organizando-se em monopólios contra o mercado.⁸

O segundo ponto importante se refere ao aspecto temporal. Na busca da verdade, não basta para Wallerstein redefinir a unidade de análise. A complexidade da realidade social requer, segundo o autor, decompor a realidade social em níveis distintos de realidade para que, através da análise historicizada, se possam reconhecer as continuidades e rupturas que definem a origem, a evolução e a crise terminal dos sistemas sociais. É neste sentido que a *longue durée* é incorporada à análise do autor. A distinção entre o tempo estrutural, conjuntural e eventual corresponde a níveis distintos de realidade, no qual o tempo estrutural, a longa duração, equivale à duração de um sistema social histórico particular. Não obstante, a estrutura não é eterna. Transforma-se lentamente por constante influência das conjunturas (tendências seculares). A crise, por sua vez, representa a desestruturação

WALLERSTEIN, I. *World-systems analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, c2004. Ver em especial o capítulo 1.

⁸ Sobre a questão da unidade de análise ver: “The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: concepts for comparative analysis” (1974). In: WALLERSTEIN, I. *The essential Wallerstein*. New York, NY: New Press, 2000, pp.71-105. Ver ainda WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System*. Vol. 1. New York: Academic Press, 1974. Em especial o capítulo 7.

e a possibilidade da construção de um novo sistema social.⁹

O terceiro ponto é uma implicação direta dos dois pontos anteriores: a consciência de que não existem verdades eternas de tal modo que toda generalização está circunscrita ao espaço-tempo da qual faz parte.¹⁰ Conseqüentemente, a pretensão em analisar a *totalidade* do sistema-mundo moderno ao longo de sua longa duração exige desconsiderar as fronteiras disciplinares, redefinindo-as em seus fundamentos. Neste momento, Wallerstein argumenta que as ciências sociais devem ser historicamente fundamentadas. Portanto, argumenta que a unidade de todas as disciplinas reside na História. Enfim, a Análise dos Sistemas-Mundo emerge como uma crítica às estruturas do conhecimento moderno na busca pela verdade, isto é, contra a epistemologia universalista e a fragmentação disciplinar do conhecimento típica da universidade moderna. Em suma, Wallerstein propõe uma ciência social fundada na História, que assuma os sistemas sociais históricos como unidade de análise e que adote a longa duração como nível de realidade privilegiado para o estudo da mudança social.¹¹

Tamanha pretensão não escaparia impune. Quatro frentes de críticas foram direcionadas ao seu esforço, as quais não serão detalhadas aqui.¹²

O processo de mercantilização e os limites da Economia Política

Explicitada as origens, expostos os fundamentos da Análise dos Sistemas-Mundo e delimitado os conceitos básicos de economia-mundo, de capitalismo ou sistema capitalista, Wallerstein avança na categorização dos elementos de análise como: mercado, empresa, Estado, unidade doméstica (*households*), classe e grupo de status (ou identidade), que dão forma ao sistema-mundo moderno.

Wallerstein procura, a partir da redefinição da unidade de análise e de seus elementos, desconstruir dois argumentos que organizam o debate no interior do campo da Economia Política: a ideia segundo a qual economia capitalista se resume ao mercado (concepção *meanstreen*); e a ideia segundo a qual uma economia se converte em capitalista quando nela se configuram relações de

⁹ Sobre a questão do tempo ver: "Time and Duration: the Unexcluded Middle, or Reflections on Braudel and Prigogine" (1998). In: WALLERSTEIN, I. *The essential Wallerstein*. New York, NY: New Press, 2000, pp.160-169.

¹⁰ Sobre as implicações da concepção tempo-espaço ver: "The Inventions of TimeSpace Realities: Towards and Understanding our Historical System" (1988). In: WALLERSTEIN, I. *Unthinking social science: the limits of nineteenth-century paradigms*. Cambridge: Polity, c1991.

¹¹ Ver: "Call for a Debate about the Paradigm" (1987) In: WALLERSTEIN, I. *Unthinking social science: the limits of nineteenth-century paradigms*. Cambridge: Polity, c1991, pp.237-56.

¹² Entre seus principais críticos destacam-se: BRENNER, R. "The Origins of Capitalist Development: a critique of neosmithian marxismo. In: *New Left Review*. I/104 (July-August), 1977, pp.25-92. SKOCPOL, T. "Wallerstein's World Capitalist System: a theoretical and historical critique". In: *American Journal of Sociology*. Vol. 82, nº.5, March, 1997, pp.1075-90. ZOLBERG, A. "Origins of the Modern World System: a missing link". In: *World Politics*. Vol. 33, nº2, January, 1981, pp.253-81. ARONOWITZ, S. "A Metatheoretical Critique of Immanuel Wallerstein's The Modern World-System". In: *theory and Society*. Nº 10, 1981, pp.503-20. DUSSEL, E. "Beyond Eurocentrism: the world system and the limits of modernity". In: JAMESON & MIYOSHI (eds.). *The Cultures of Globalization*. Duke University Press, 1998, pp.3-37.

trabalho assalariada (concepção de um certo marxismo). Ademais, pretende com isto estabelecer os pontos de conexão possíveis para articular as esferas do político e da cultura. Nesta “busca” pela verdade e de crítica ao conhecimento estabelecido, Wallerstein, alcança três conclusões distintas, porém interconectadas.

Primeira, o caráter singular da História do capitalismo reside na relação peculiar que se estabeleceu entre capitalistas e o poder político. Dito de outro modo, na conformação de uma extensa divisão social e técnica do trabalho fragmentada por uma multiplicidade de Estados, que se organizam a partir de um sistema interestatal. Consequentemente, capitalismo não corresponde a mera existência de mercados ou tão somente a configuração de relações de trabalho assalariado.¹³

A segunda conclusão diz respeito ao conteúdo da luta política. Para Wallerstein a luta política não se limita a luta de classe, definidas apenas pela posição ocupada por cada classe no processo de distribuição do valor excedente. Para o autor há que se considerar no escopo da luta política também os conflitos cuja origem está nas diferenças de status ou identidades. Com efeito, não se pode pressupor sistemas sociais não-conflitivos. Além disso, admitindo a existência do conflito, faz-se necessário possuir uma visão mais alargada do conceito de luta de classe.¹⁴

Neste passo, Wallerstein expõe os limites do pensamento econômico dominante, em que a harmonia predomina a visão de mundo e cuja articulação com os diferentes domínios do saber tem se estabelecido com base em uma linguagem comum, a racionalidade utilitária traduzível em signos operados a partir de uma lógica formal; e propõe uma correção de rota aos interpretes de inspiração marxista. Wallerstein, ao adotar as unidades domésticas (*households*) como elemento fundamental da realidade social, recoloca no terreno da História o nexos entre as diferentes esferas da existência social. Com isso ele escapa do caráter a-histórico do pensamento dominante ao mesmo tempo em que recupera o conceito alargado de luta de classe para a análise histórica. Segundo o autor, a unidade doméstica, enquanto espaço de sociabilidade primária do indivíduo, permite cruzar/articular tanto as questões relacionadas às classes quanto as questões relacionadas às identidades (raça, etnia, religião, nacionalidade, gênero, sexualidade). E, a partir disso, demonstrar o caráter historicamente determinando do indivíduo e das sociedades, uma vez que a construção do caráter das famílias está sujeita a estrangulamentos externos como Estado, religião e organização étnica. É neste ponto que Wallerstein parece recolocar o debate das ciências sociais no terreno do qual

¹³ Para uma discussão sobre a divisão social do trabalho e sua peculiar relação com a formação do Estado Moderno ver: WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System*. Vol. 1. New York: Academic Press, 1974. Em especial os capítulos 1, 2 e 3.

¹⁴ Para uma discussão sobre o conceito de classe e grupo de status ou identidades ver: ARRIGHI, G.; HOPKINS, T.; WALLERSTEIN, T. *Antisystemic Movements*. London: Verso, 1989. Ver em especial capítulo 1.

não deveria ter abandonado, qual seja, o do *modo de produção da vida*.¹⁵

Com isso chegamos a terceira conclusão: as diferentes manifestações ideológicas que revelam o caráter cindido das relações sociais. Se no plano concreto os grupos de status e as classes são articulados pelas firmas, Estados, famílias e outras instituições trans-familiares como a Escola e a Igreja, no plano do conhecimento, as tensões sociais daí decorrentes se apresentam na oposição entre os princípios universais e anti-universais (como por exemplo, o racismo e o sexíssimo). Para Wallerstein, o universalismo é norma positiva da Modernidade, significa a rejeição às preferências particularistas nas diferentes esferas da existência social e a adoção por regras gerais as quais todas as pessoas devem estar sujeitas. Por exemplo, no âmbito das empresas e das escolas o apelo à meritocracia; no âmbito do Estado Moderno a reivindicação pelo o sufrágio e outorga da constituição; no âmbito da família o amor como fundamento do matrimônio. Sem embargo, este universalismo, que é europeu por excelência, engendra um conjunto de desigualdade que deram origem a normas negativas como o racismo, o sexíssimo e o xenofobismo, por exemplo. Para o autor, estes são casos de um fenômeno mais amplo os quais o denomina de anti-universalismo. O anti-universalismo é, portanto, a crítica às discriminações institucionais aos diferentes grupos de status ou identidades. Com isso I. Wallerstein quer chamar a atenção do leitor para o fato segundo o qual o domínio do homem sobre a mulher, dos brancos sobre os negros, dos adultos sobre as crianças, dos educados sobre os menos educados, dos heterossexuais sobre os homossexuais, da burguesia sobre o operário, da cidade sobre o campo, além das disputas étnicas e nacionalistas constituem todas diferentes hierarquias mundiais que caracterizam o sistema-mundo moderno.¹⁶ Para o autor, estas diferentes formas de hierarquias sociais tornam mais difíceis a compreensão da luta política pela transformação social radical. Neste passo, autor acusa as principais correntes do pensamento social de negligenciarem estes temas fundamentais para compreensão da verdade. Embora a Revolução de 1968 tenha sido fundamental, pois trouxe à baila todos esses temas, dado o caráter especializado do aprofundamento das estruturas do conhecimento moderno, essas diferentes problemáticas aparecem desconectadas do movimento mais geral do capitalismo. Deste ponto de vista, o avanço da crítica requer demonstrar sua conexão.

¹⁵ Sobre o conceito de *households* ver: Smith, J. & Wallerstein, I. (coautores). *Households and world-economy*. Hans-Dieter Evers. Bervely Hills: Sage, c1984; Smith, J. & Wallerstein, I. M. (coautores). *Creating and transforming households: the constraints of the world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.; ou ainda, dos mesmos autores, “Households as an Institution of the World-Economy”. In: WALLERSTEIN, I. *The essential Wallerstein*. New York, NY: New Press, 2000, pp.253-263.

¹⁶ Sobre a relação entre classes e grupos de status ou identidades e sua relação com o universalismo ver: WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. Ou ainda, “The Construction of Peoplehood: racism, nationalism, ethnicity” (1987) e “The Ideological Tensions of Capitalism: Universalism versus Racism and Sexism” (1988). In: WALLERSTEIN, I. *The essential Wallerstein*. New York, NY: New Press, 2000, pp.293-309 e pp.344-352.

As formas da luta política

Se a “grande transformação” da Época Moderna é a organização da sociedade em função do mercado, isto não significa, desde logo, que o Estado não desempenhe papel fundamental no sistema-mundo moderno. Se, por um lado, Wallerstein dedicou-se à forma de organização da vida econômica e suas implicações para a economia política, por outro, ele também procurou discutir as formas de organização política da Época Moderna e suas implicações sobre os postulados da ciência política, em especial com relação ao conceito de soberania. A ênfase de Wallerstein sobre o Estado deriva de sua concepção segundo a qual o Estado é vórtice institucional fundamental para compreender os elementos estruturantes do sistema-mundo moderno. Nas suas próprias palavras: “classes, grupos étnicos/nacionais e *households* são definidos pelo Estado, através do Estado, em relação ao Estado, e, por sua vez, criam o Estado, definem o Estado e transformam o Estado”.¹⁷

Para Wallerstein, o Estado-nação é a forma *por excelência* da organização política da Época Moderna, o qual o caráter soberano é seu atributo essencial. A soberania corresponde ao poder do Estado exercer autonomamente a sua autoridade sobre determinado território. Não obstante, esta autonomia não é absoluta, ao contrário, é relativa. Deste modo, para Wallerstein, o grau e o conteúdo desta autonomia apresentam-se como objeto a ser investigado. Para o autor, a soberania relativa advém do fato de o Estado Moderno existir apenas em relação as demais formas de Estado que conformam o sistema interestatal, dentro do qual corresponde a uma espécie de autarquia política. Sendo assim, os Estados não operam como entidades isoladas. O sistema interestatal estabelece o marco das relações interestatais que reconhece e assegura a autonomia relativa dos Estados. Wallerstein compreende que o Estado Moderno se constituiu a partir da formação de uma estrutura centralizada de poder por meio da criação de uma burocracia civil e militar com o objetivo de controlar das funções políticas, de eliminar e/ou restringir os poderes locais, bem como de criar uma rede de informações para assegurar suas intenções. Deste ponto de vista, a soberania não é apenas uma reivindicação interna, é também uma reivindicação externa na medida em que procura delimitar fronteiras dentro da qual não deveriam ocorrer interferências externas nas relações domésticas. Neste ponto, Wallerstein chama atenção ao fato de que intervenções ocorrem e que as fronteiras são, de tempos em tempos, redefinidas. Isto implica que, em alguns casos, a soberania muitas vezes é uma reivindicação não reconhecida. Por isso, outro elemento importante a ser considerado no estudo da soberania é a legitimidade, pois esta é pressuposto daquela. Além disso, a legitimidade também possui um duplo caráter: deve ser verificada tanto internamente, pelos poderes locais constituídos, quanto externamente, pelos demais Estados.

¹⁷ “The states in the institutional vortex of the capitalist world-economy”. In: WALLERSTEIN, I. *The politics of the world economy: the states, the movements, and the civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p.29.

Para Wallerstein a busca pela soberania a coloca no centro da luta política, tanto interna aos Estados quanto entre os diferentes Estados. As implicações dessa luta sobre a vida econômica em geral e sobre as empresas em particular são nítidas. Uma vez delimitadas as fronteiras de um Estado o mesmo está autorizado a regular os fluxos de mercadorias e capitais, bem como o fluxo de pessoas. A taxaço sobre mercadorias e capitais afeta diretamente a decisào dos empresários, ao passo que as migraçoes tendem à impactar as estruturas sociais, acarretando, no longo prazo, transformaçoes econômicas. Além do controle sobre as fronteiras, o Estado é quem reconhece e protege o direito de propriedade, base elementar da acumulacào capitalista. Deste ponto de vista, o controle sobre o trabalho é outro ponto de intervenço do Estado na medida em que é ele quem regula a relacào capital-trabalho. Além disso, o Estado também tem o poder de definir a proporço em que os custos de produço – toxidade, esgotamento dos recursos naturais e transportes – são externalizados. É neste passo que a questào da formaço dos monopólios se apresenta ao Estado.

A partir destas formas de intervenço do Estado na vida econômica, Wallerstein chama atenço para o fato de que o Estado não pode assumir uma posicào neutra no processo de acumulacào capitalista. Pois, são dessas intervençoes e, sobretudo, do poder de taxaço, de cobrar impostos, que depende a sobrevivência do Estado. Embora as pessoas e as empresas estejam dispostas a serem taxadas, a questào mais importante é identificar o nível legítimo e o nível ilegítimo da taxaço. Portanto, na interpretaço de Wallerstein, as lutas fiscais são constitutivas do sistema-mundo moderno e as decisões do Estado afetam, por sua vez, a distribuço dos benefícios. É deste poder de intervenço na vida econômica que algumas empresas procuram extrair vantagens para si, valendo-se ora da corrupço, ora da pressào política ou da troca de vantagens, ou exercendo pressào sobre outros Estados por meio de seu próprio Estado relativamente mais forte. Deste ponto de vista, a luta pela distribuço de excedente delimita, embora não esgote, os contornos da luta de classes na qual o Estado, como ator central no deslocamento da renda, configura-se como objeto central de disputa.

É neste ponto que Wallerstein faz uma avaliaço do que significou a Revoluço Francesa e quais suas implicaçoes para o estudo da mudança social. Segundo o autor, esta revoluço naturalizou o fenômeno da mudança política e deslocou o fundamento da soberania do monarca para o povo. A ideia de que a soberania passa a estar fundada no povo implicou transformar o súdito em cidadão, colocando no centro da luta política a reivindicaço pelo sufrágio universal. Deste modo, Wallerstein entende que grande parte da história política desde então tem sido a luta pela expansào contínua do sufrágio. Quando Wallerstein estabelece esta relacào teórica entre soberania e sufrágio universal, e retorna à história política, conclui que uma parcela muito pequena da populaço mundial exercita seu direito de cidadão. Consequentemente, para o autor, as políticas

de inclusão e exclusão se revelam centrais para o entendimento das histórias políticas nacionais, e, por isso, essenciais à compreensão da mudança social nos últimos dois séculos.

Neste passo, o estudo da cisão política entre conservadores, liberais e radicais se faz necessário para a compreensão da dinâmica da luta de classes e do modo de funcionamento do sistema-mundo moderno. Os conservadores, de um lado, justificavam a preservação do Antigo Regime. No polo extremo, estavam os radicais que procuravam apontar os limites da ordem burguesa em ascensão. No centro, encontravam-se os liberais cuja aposta era educar os cidadãos para a nova forma de sociabilidade. A proposta do liberalismo centrista foi aquela que conseguiu persuadir conservadores e radicais uma vez que em seu programa a mudança poderia ser promulgada em qualquer momento e lugar. (este ponto será retomado mais adiante).¹⁸

Wallerstein, portanto, ao recuperar a discussão sobre o conceito de soberania à luz dos impactos da Revolução Francesa sobre a forma de organização do Estado Moderno tem por objetivo qualificar e complexificar o caráter da luta política. Para ele, a luta política depende do tipo de Estado que, por sua vez, depende da posição que este Estado ocupa do sistema interestatal. Com isso, Wallerstein sugere que há uma hierarquia de Estados que se revela a partir de um corte analítico entre Estados fortes e fracos. Para o autor a força de um Estado se verifica pela capacidade deste executar legalmente suas decisões com um elevado grau de eficácia. Com o Estado fraco ocorre o contrário, a fraqueza de sua burocracia limita a capacidade de taxaço, restringindo-lhe a capacidade de aperfeiçoar sua burocracia e, deste modo, elevar a eficácia de suas políticas. Neste passo, Wallerstein chama atenção para um ponto importante: os Estados fracos, por serem fracos, tendem a se converterem no principal meio de acumulação de capital, de um lado, e a apresentar maior dificuldade de controle interno sobre o monopólio da força uma vez que tal controle é diluído pela força das elites locais, de outro. Sendo assim, “a debilidade do Estado não resulta de políticas certas ou erradas, mas é uma fraqueza endêmica da estrutura dos estados nas zonas onde a maioria dos processos produtivos são periféricos e são portanto fontes fracas de acumulação”.¹⁹ Sem embargo, independente de sua força ou fraqueza, para reiterar sua autoridade o Estado procura transformar a população sobre seu domínio em nação.

O nacionalismo surge, na concepção de Wallerstein, como o elemento de identidade mais importante para sedimentar a estrutura estatal. Daí a importância do sistema público de educação,

¹⁸ Esta discussão está presente em WALLERSTEIN, I. M. *Centrist liberalism triumphant, 1789/1914*. Berkeley, Ca.: University of California Press, c2011. Para uma discussão específica da Revolução Francesa ver “The French Revolution as a World-Historical Event”. In: WALLERSTEIN, I. *Unthinking social science: the limits of nineteenth-century paradigms*. Cambridge: Polity, c1991, pp.7-22. Com relação a centralidade do conceito de luta de classe ver: “Class conflict in the Capitalist world-economy”. In: WALLERSTEIN, I. *The capitalist world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press, c1979, pp.283-93.

¹⁹ WALLERSTEIN, I. *World-systems analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, c2004, p.53.

do serviço militar e das cerimônias públicas como meios de construção desta identidade. Se a força de um Estado é observada pela sua capacidade de legitimidade interna através da criação da nação por meio do nacionalismo, do ponto de vista externo, a força do Estado é observada a partir de sua capacidade de exercer autoridade sobre os demais Estados em um ambiente de competitivo. Os meios variam: estabelecer as regras do comércio mundial, influenciar a política interna de outros Estados, generalizar práticas culturais, capacidade de persuasão e compra de proteção por parte de Estados fracos.²⁰

No moderno sistema interestatal o Estado Moderno não é a única forma de organização política. As colônias, por exemplo, constituem-se como unidades políticas não-soberanas e, portanto, subordinadas ao domínio de Estados fortes. Para Wallerstein, as colônias podem ser caracterizadas como um exemplo de Estado fraco, cujo objetivo é funcionar como um agente administrativo local da metrópole. Do ponto de vista da dinâmica da luta política, importa destacar os movimentos de libertação nacional que surgem nas colônias. Isto significa que as relações interestatais estão mediadas pelas classes. Desse modo, para se pensar a hierarquia interestatal requer-se defini-la a partir da articulação mundial dos interesses das classes que se traduz em lutas políticas nacionais pelo controle do Estado. Do ponto de vista dos Estados fortes, interessa preservar o sistema interestatal, cuja desigualdade de força assegura o status quo dos grupos dominantes. Entre os Estados fortes e os Estados fracos existe uma camada intermediária de Estados aos quais Wallerstein denomina de Estados semiperiféricos. Estes estados são os primeiros a competir. Procuram estabelecer alianças estratégicas com os Estados fortes no sentido de extrair vantagens econômicas, isto é, atrair atividades produtivas com o intuito de acumular mais riqueza e se reforçar militarmente. Os Estados semiperiféricos, embora corram mais rápidos, estão condicionados pelos mecanismos do equilíbrio de poder, o qual impõe limites a mobilidade dos Estados na hierarquia mundial.

Decorre daí a importância dos estudos das formas de dominação e, em especial, do poder hegemônico. Para Wallerstein, o sistema-mundo moderno observou três hegemonias: Holanda, Inglaterra e Estados Unidos. Estes Estados foram hegemônicos “porque foram capazes de estabelecer as regras do jogo no sistema interestatal, para dominar a economia-mundo (a produção, o comércio e a finança), para obter a forma política utilizando o mínimo de força militar, e para formar a linguagem cultural com a qual se discute o mundo”.²¹ Não obstante, as hegemonias alteram-se, pois, dado a existência de candidatos à hegemonia, a competição intercapitalista e

²⁰ Para uma discussão sobre o Estado na periferia ver: “The world-economy and the state-structure in peripheral and dependent countries (the so-called Third World) (1982). In: WALLERSTEIN, I. *The politics of the world economy: the states, the movements, and the civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p.80-85.

²¹ WALLERSTEIN, I. *World-systems analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, c2004, pp.57-8.

interestatal cria uma pressão interna ao sistema de Estados que corroí pouco a pouco a estabilidade que permite os capitalistas prosperarem. Com isso, Wallerstein conclui: “a prioridade permanece sempre para a acumulação sem fim de capital, e isto é melhor alcançado por um deslocamento da configuração de dominação política e cultural dentro da qual as empresas capitalistas evoluem, obtendo seus suportes a partir do Estado, mas procurando libertar-se de sua dominação”.²²

Geocultura e os temas negligenciados

Até o momento procurei apresentar de forma muito simplificada o modo com I. Wallerstein mobiliza conceitos e categoria delimitando a perspectiva de análise a partir da qual ele procura interpretar a História do Capitalismo à luz da formação de um sistema social histórico no qual a vida social se organiza progressivamente pelo mercado (o assim chamado processo de mercantilização de tudo) com a finalidade de acumular capital e que assume o Estado moderno como forma de organização política dominante, mas que opera no interior de um sistema interestatal. Seu esforço analítico não se encerra aí. A Análise dos Sistemas-Mundo pretende, além de considerar essas duas esferas da existência, levar em consideração de maneira articulada aquilo que Wallerstein denominou de geocultura.²³ A geocultura corresponde às normas e os modos de discursos difundidos e legitimamente aceitos no inteiro do sistema-mundo. Segundo o autor, esta esfera não existe de forma autônoma, ela é constitutiva e auxiliou na criação do próprio sistema-mundo moderno. Por isso, para demonstrar sua origem e conexão as formas de produção da vida material e as formas de organização política, Wallerstein recupera o impacto da Revolução Francesa sobre a forma de organização e o modo de funcionamento do Estado moderno, pois foi naquele momento que se definiu como padrão da luta político a disputa entre excluídos e incluídos a partir do marco segundo o qual a inclusão emergiu como critério de boa sociedade.²⁴

É no bojo da Revolução francesa e de suas implicações que emergiu e se difundiram as ideologias que, segundo Wallerstein, caracterizam a luta política na História do capitalismo.²⁵ Em primeiro lugar, Wallerstein entende por ideologia uma determinada configuração de ideias cuja visão de mundo subjacente indica algum compromisso moral orientador da conduta das pessoas na arena social a partir da qual se depreendem conclusões políticas. Sendo assim, podemos agora

²² WALLERSTEIN, I. *World-systems analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, c2004, pp.59. Para uma discussão sobre hegemonia ver: “The three instances of hegemony in the history of the capitalist world-economy” (1983). In: WALLERSTEIN, I. *The politics of the world economy: the states, the movements, and the civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, pp.37-46.

²³ Para uma discussão sobre o conceito de cultura ver: “Culture as the Ideological Battleground of the Modern World-System” (1989). In: WALLERSTEIN, I. *The essential Wallerstein*. New York, NY: New Press, 2000, pp.293-309 e pp.264-89.

²⁴ Para uma discussão aprofundada ver: WALLERSTEIN, I. M. *Centrist liberalism triumphant, 1789/1914*. Berkeley, Ca.: University of California Press, c2011.

²⁵ Para uma discussão sobre as principais ideologias do sistema-mundo moderno ver: WALLERSTEIN, I. *Utopística ou As decisões históricas do século vinte um*. Petrópolis: Vozes, 2003.

desenvolver o que apenas indicamos anteriormente. O conservadorismo alçou como ideologia contrarrevolucionária, pois estava preocupado em restaurar o Antigo Regime uma vez que possuíam uma visão muito pessimista das capacidades morais do homem e acreditavam nos benefícios das hierarquias sociais. Daí a visão desencantada da Revolução Francesa e a adoção de uma estratégia que procurava restaurar as autoridades das instituições tradicionais. Para ilustrar este caso, Wallerstein toma como exemplo o Regime de Napoleão Bonaparte.

Naquela ocasião, o liberalismo, portador da bandeira revolucionária, emergiu como movimento progressista colocando a mudança como normal e como inevitável. Com isso desafiaram as hierarquias tradicionais argumentando que eram ilegítimas, pois não promoviam a igualdade de oportunidade nem se orientavam pelo princípio da meritocracia. Apesar dos liberais fundamentarem a legitimidade do Estado-nação em formação no povo, havia uma suspeita das massas não educadas. Sendo assim, acreditavam que as reformas sociais deveriam ser lideradas pelos especialistas, que eram sujeitos educados e por isso capazes de executar seu papel de cidadão. Decorre daí a importância da educação, sobretudo de caráter ilustrado, como base teórica para o exercício prático da cidadania. Deste ponto de vista, não é estranho a identidade entre especialista e cientista.²⁶

Até as Revoluções de 1848, o panorama ideológico estava dominando, segundo Wallerstein, pelas disputa entre conservadores e liberais. Os levantes que marcaram a consolidação da burguesia no poder deram origem aos movimentos antisistêmicos, bem como colocaram em xeque as táticas tanto de conservadores e liberais como dos radicais nascentes. Segundo Wallerstein, a tática conservadora se revelou ineficaz na reafirmação do Antigo Regime. A tática radical fundada na violência não produziu efeitos duradouros, fazendo emergir a necessidade de uma utopia comunista. A tática liberal fundada do especialista não se revelou suficiente. Isto colocou, segundo Wallerstein, a necessidade de um programa centrista capaz de sedimentar os conflitos sociais. Para o autor, portanto, o período que vai de 1848 até 1914 compreende o momento histórico no qual foi definido o programa liberal nos Estados do centro do sistema-mundo moderno. Este programa se caracterizava pela promoção da vida política aberta, apoiada no cidadão e regida por uma autoridade não arbitrária– o Estado enquanto uma burocracia racional. A vitória do programa liberal definiu o padrão da luta política do sistema-mundo moderno, centrada na expansão do sufrágio, no acesso à educação e na criação de um certa proteção social.²⁷

²⁶ Para uma visão condensada da importância do liberalismo ver “Liberalism and the Legitimation of Nation-States: na historical interpretation”. In: WALLERSTEIN, I. *After liberalism*. New York, NY: New Press: Distributed by W.W. Norton, c1995, pp.93-107.

²⁷ Para uma discussão sobre a relação entre desenvolvimento nacional e a integração política da periferia pela democracia ver: “The concept of national development, 1917-1989: elegy and réquiem”. In: WALLERSTEIN, I. *After*

Wallerstein chama atenção para o fato curioso deste programa ter sido implementado, pelo menos na Europa, por partidos não-liberais. Segundo ele, foi justamente essas mudanças táticas que tornaram o programa liberal o elemento definidor da geocultura do sistema-mundo moderno. Foi neste momento também que a ideia de construção da nação por meio do nacionalismo foi ensinado nas escolas primárias, pelas forças armadas, bem como pelas cerimônias de celebração nacional. Na opinião do autor, portanto, o programa liberal centrista tornou possível a institucionalização do Estado liberal que, ao mesmo tempo, possibilitou a origem dos movimentos antisistêmicos. Para Wallerstein, o grande paradoxo reside no fato de que as táticas dos movimentos conservadores e radicais acabaram por reforçar, em geral, o programa liberal.²⁸

É neste passo que Wallerstein começa a discutir os dilemas da esquerda. Na primeira metade do século XX o objetivo central da luta era para incluir os marginalizados como cidadãos. Não obstante, na segunda metade do mesmo século, os movimentos trabalhistas e socialistas enfrentaram muitas batalhas para adquirir algumas poucas concessões. Nesta ocasião, as bandeiras não se limitavam apenas ao trabalho e a renda. Outros elementos como família e identidades colocavam a questão de quem eram os trabalhadores. Para Wallerstein os trabalhadores eram homens, adultos, do grupo étnico dominante em cada país. Foram estes que conseguiram algum tipo de representação a partir das organizações trabalhistas ou socialistas. Os demais homens e mulheres do mesmo grupo étnico ou distintos acabaram se organizando em torno de identidades contra o racismo, o sexíssimo ou xenofobismo. Ao fazer este percurso, Wallerstein sugere que há uma tensão constitutiva dos movimentos sociais antisistêmicos que se revela na hostilidade e cooperação entre os diferentes movimentos sociais. Para o autor, esta tensão deriva do descompasso entre os objetivos de longo prazo e médio prazo: enquanto os objetivos de longo prazo não estão ainda claros, no curto prazo a luta para estender o direito de cidadania aos grupos excluídos se processa nos marcos do Estado liberal. Sendo assim, o modo difuso de organização dos movimentos sociais colocou dois dilemas estratégicos: definir qual era a estratégia mais eficiente; e quais tipos de aliança estabelecer com outras variantes dos movimentos sociais. Dada a própria dificuldade de organização dos grupos excluídos, o debate básico foi travado no diapasão entre as estratégias culturais e as estratégias políticas.²⁹ Para Wallerstein, embora não excludentes, a estratégia política foi vitoriosa,

liberalism. New York, NY: New Press: Distributed by W.W. Norton, c1995, pp.108-122.

²⁸ Uma visão resumida sobre o conflito ideologia que marcou a geocultura ver: “Three ideologies or one? The pseudobattle of modernity”. In: WALLERSTEIN, I. *After liberalism*. New York, NY: New Press: Distributed by W.W. Norton, c1995, pp.72-92.

²⁹ Sobre este tema há uma série de artigos: “Eurocommunism: its roots in European working-class history”, “Nationalism and the world transition to socialism: is there a crisis?” e “Revolutionary movements in the era of US hegemony and after”. In: WALLERSTEIN, I. *The politics of the world economy: the states, the movements, and the civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. Ver também: “Old problems and new syntheses: the relation of revolutionary ideas and practices”. In: WALLERSTEIN, I. *The capitalist world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press, c1979, pp.231-49.

inviabilizando a via cultural. Naquele momento definiu-se que a agenda de transformação social deveria ser executada a partir da tomada do Estado e, a partir dele, transformar a sociedade, o Estado e o mundo. Foi este o dilema sobre o qual o debate clássico da 2ª e 3ª Internacional se debruçaram e daí o debate da social democracia com os revolucionários, entre Bernstein e Lenin. Para Wallerstein, as premissas de ambos se revelaram falsas.³⁰ O ponto principal que o autor quer chamar a atenção está na dificuldade de os movimentos antisistêmicos não conseguirem estabelecer pontos comuns para se fortalecer na luta pela mudança social. Para ele, as três principais variantes – trabalhadores/socialistas, étnico/nacionalista e das mulheres –, não conseguiram unificar a luta no movimento geral que marcou o período de 1848 e 1945. Ao contrário, em determinados momentos até se ignoraram. Não obstante a falta de cooperação e coordenação, ao final do século XX, alguns movimentos tiveram suas demandas relativamente incorporadas ao sistema de cidadania. No entanto, não alcançaram o controle do Estado.³¹

Foi no bojo da formação desta geocultura dominada pelo liberalismo centrista que as ciências sociais emergiram, conforme sugerido anteriormente. Sob este prisma, Wallerstein chama atenção para o papel que tem cumprido o cientista social, qual seja: o de esboçar e constranger as produções ideológicas. A força da ciência adveio da aceitação comum de que a partir dela se poderia ativar o progresso. Segundo o autor, isto se revelou em uma inversão dos valores que deslocou o cristianismo para o segundo plano e colocou no centro as ideias iluministas de progresso humano.³²

Com isso, retomamos o ponto de partida desta exposição. Agora podemos avançar a discussão apresentando resumidamente em que consiste o caráter estrutural da crise contemporânea.

O caráter estrutural da crise

Se pudéssemos esboçar uma imagem que traduzisse a concepção de crise que está subjacente ao pensamento de I. Wallerstein, poderíamos sugerir que o sistema-mundo moderno está em ruínas. Um desmoronamento semelhante à transição do feudalismo para o capitalismo. Por isso, uma era de transição, lenta, através de rupturas sucessivas, que escapa a qualquer análise eventual.

³⁰ Sobre as estratégias revolucionárias ver: “Marx, Marxism-Leninism, and socialista experiences in the modern world-system”. In: WALLERSTEIN, I. *Geopolitics and geoculture: essays on the changing world-systems*. Cambridge: Cambridge University Press, c1991, pp.84-97.

³¹ Para aprofundar esta questão ver: “Revolution as Strategy and Tactics of Transformation” e “Marxism after the Collapse of the Communisms” In: WALLERSTEIN, I. *After liberalism*. New York, NY: New Press: Distributed by W.W. Norton, c1995. Ver também os artigos que compõem a terceira parte de WALLERSTEIN, I. *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2004.

³² Está discussão está bem trabalhada em WALLERSTEIN, I. *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro, RJ: Revan, c2001. Sobre o papel específico dos intelectuais ver, por exemplo, “Intelectuais: neutralidade de valores em questão”. In: WALLERSTEIN, I. *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2004, pp.177-199. Para uma crítica sobre o conceito de progresso ver: WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

Este desmoronamento se explica, segundo o autor, por duas tendências seculares: a tendência à queda da taxa de lucro e a desestabilização do liberalismo centrista. Enquanto a primeira tendência sugere que os espaços de compensação da queda da taxa de lucro estão mais escassos, a segunda tendência sugere que o liberalismo, enquanto ideologia dominante, que plasmou a geocultura do sistema-mundo moderno, tem perdido sua capacidade de sedimentar o conflito de classes e, conseqüentemente, de definir padrão da luta política.

A tendência da queda da taxa de lucro deriva da visão de Wallerstein segundo a qual há restrições à elevação dos preços, por um lado, e pressões internas à elevação dos custos de reprodução, por outro. Para Wallerstein as dificuldades dos capitalistas elevarem os preços deriva do padrão de concorrência, do nível da demanda efetiva dos consumidores que, por sua vez, depende do nível da renda e da forma como ela está distribuída, e, dado o nível da renda, da elasticidade da demanda do consumidor, que reflete sua opção entre os produtos indispensáveis e supérfluos. Segundo Wallerstein, estes três condicionantes restringem a decisão capitalista de elevação dos preços de maneira indiscriminada. Decorre daí, como esforço de compensação, o esforço dos produtores em reduzir os custos de reprodução em geral: os custos de remuneração da força de trabalho; dos insumos do processo de produção; e de taxaço. Vejamos com mais detalhes.

Para Wallerstein os salários são determinados através da negociação e, portanto, depende da força econômica, política e cultura dos trabalhadores e capitalistas. Abreviando algumas mediações e indo direto ao ponto, Wallerstein sugere que a formação dos sindicatos engendra uma tendência à elevação dos custos da força de trabalho à medida que o poder dos sindicatos aumenta. Como medida compensatória, os capitalistas basicamente têm procurado, além de introduzir progresso técnico, deslocar as fábricas do centro para a periferia. Através deste reposicionamento, os capitalistas têm conseguido reduzir o custo da força de trabalho ao mesmo tempo em que politicamente têm reforçado seu poder, ou seja, deparam-se com uma massa de trabalho disposta a trabalhar por um salário menor. É neste passo que se revela a importância do caráter axial da divisão mundial do trabalho. Quando os capitalistas optam por deslocar suas unidades produtivas para a periferia, os custos de transação – transporte, infraestrutura e “corrupção” - são sua contrapartida. Para o autor, a opção entre um e outro depende da fase do ciclo econômico. Em fases de expansão econômica se dá prioridade para os custos de transação, já, nas fases de estancamento, o esforço se concentra em reduzir os custos de remuneração do trabalho. O ponto de forte da argumentação de Wallerstein parece ser a dinâmica espacial que ele estabelece a partir da relação entre a decisão de deslocamento das fábricas com a estrutura demográfica e a formação do mercado de trabalho das zonas periféricas. Para o autor este deslocamento depende do tamanho da população rural não incluída no regime de assalariamento. A possibilidade de proletarização na periferia

configura um espaço de compensação da queda da taxa de lucro na medida em que, do ponto de vista do camponês, sua migração para a cidade representa para sua unidade doméstica um ganho de renda real em relação a norma do sistema ao passo que, do ponto de vista do capitalista, representa uma redução relativa dos custos de remuneração em relação a norma do sistema. É neste sentido que as zonas periféricas são relativamente menos custosas que o centro. Não obstante, com o passar do tempo, a formação do mercado de trabalho assalariado na periferia e sua estruturação, inclusive com o surgimento de organização trabalhistas, engendra o mesmo vetor outrora observado no centro. Surge na periferia uma pressão política que tenciona para cima os salários, elevando os custos de remuneração da força de trabalho e criando uma pressão para o novo deslocamento das unidades produtivas. Ocorre que, para Wallerstein, estes espaços têm se tornado cada vez mais escassos. Isto significa, noutras palavras, restrições a redução dos custos de remuneração no longo prazo. Esta tendência Wallerstein tem denominado de “desruralização”. É neste sentido, portanto, que a desruralização tem pressionado para baixo a taxa de lucro.

Outro elemento que também tem pressionado para baixo a taxa de lucro são os custos dos insumos. Wallerstein inclui nesta categoria as matérias-primas, os produtos semielaborados e as maquinarias. No que diz respeito a este tipo de custo, há segundo o autor três custos “ocultos” que têm dado origem a uma tensão política muito forte entre a coletividade e as empresas: os custos de eliminação de resíduos; os custos de renovação de matérias-primas e os custos de infraestrutura. No primeiro caso, as empresas têm evitado incorporar métodos de tratamento de resíduos nocivos à ecoesfera para evitar que suas taxas de lucro sejam afetadas. À medida que áreas esgotadas são substituídas por novas áreas a fim de evitar a incorporação deste tipo de custo, o meio ambiente tem se convertido em questão social e, conseqüentemente, objeto de debates políticos importantes. Isto fica mais claro quando observamos os custos de renovação de matérias-primas, o petróleo por exemplo. Para Wallerstein a dificuldade dos produtores reside na incompatibilidade entre a disponibilidade de longo prazo com os custos de curto prazo. Este descompasso gera uma pressão sobre os preços das matérias-primas em geral. Ainda que o progresso técnico tenha minimizado tal incompatibilidade, os recursos naturais também estão se convertendo em questão social. Questão social no sentido de que se tem exigido cada vez mais a intervenção estatal para assegurar e suprir as necessidades da população. Neste momento a questão de quem pagará por este incremento dos custos ganha ainda mais força, pois, por um lado, se as empresas incorporarem estas despesas, os custos de produção tendem a se elevar e, conseqüentemente, a serem retransmitidos para os preços; por outro lado, se os Estados arcarem com este custo, os impostos tendem a se elevar, implicando em uma coletivização das perdas. Com os custos de infraestrutura ocorre o mesmo. Quem está pagando? Quem pagará? As empresas ou a coletividade? No limite, Wallerstein quer chamar

atenção para o fato de que a questão ecológica, que é a verdadeira questão por trás a elevação dos custos dos insumos, configura um vetor que também pressiona para baixo a taxa de lucro.

Os impostos também têm sido, para Wallerstein, outro elemento que tem puxado para baixo os lucros. Segundo ele, no longo prazo, seu incremento é inevitável. Uma parte do incremento deriva da manutenção e expansão da própria estrutura estatal – burocracia civil e militar -, outra parte da socialização dos custos de infraestrutura. Não obstante, para Wallerstein quem pagará por este incremento dependerá da luta política. Não obstante, a razão do aumento dos impostos nas últimas décadas, para Wallerstein, advém da luta pela democratização política, i.e., pela expansão dos serviços básicos como educação, saúde e seguridade social. Para ele, portanto, a “democratização” tem elevado os custos de reprodução do Estado que, por sua vez, acaba elevando a carga tributária que incide sobre a coletividade e sobre os produtores.

Sem assim, para Wallerstein, a desruralização, os limites ecológicos e a democratização configuram três vetores que têm engendrado uma tendência secular de elevação dos custos de reprodução da economia-mundo capitalista no longo prazo, conduzindo, deste modo, o sistema para próximo de seu limite absoluto. Mais que isso, Wallerstein sugere que estas tendências têm se convertido em questões sociais, colocando a luta política sobre o excedente no centro da discussão. Embora para ele os produtores estejam se esforçando para reverter esta tendência, Wallerstein acredita que 1968 representa um marco de ruptura, pois desvelou as contradições fundamentais do sistema-mundo moderno que têm questionado e deslegitimado a ideologia dominante da geocultura do sistema-mundo moderno: o liberalismo centrista.

Para compreender esse outro aspecto estrutural da crise, Wallerstein argumenta que é preciso retornar ao contexto do pós-Segunda Guerra. O período de otimismo que se seguiu a “era da catástrofe” converteu-se em uma grande desilusão. A brecha entre a periferia e o centro cresceu, bem como os movimentos antisistêmicos que conseguiram conquistar o poder do Estado também não conseguiram cumprir suas promessas. A Revolução de 1968 expressou, segundo o autor, este descontentamento, provocando um terremoto cultural e engendrando o pessimismo. O estabilizador oculto do sistema foi perdido: o otimismo do oprimido! Com efeito, concomitante a queda das taxas de lucro, o liberalismo centrista, que havia prevalecido no sistema-mundo moderno desde 1848, foi desestabilizado e abriu espaço para a reafirmação radical dos valores da direita e da esquerda. Ambos têm procurado extrair vantagens do caos contemporâneo. Frente a isto, Wallerstein tem se interrogado sobre a configuração dos alinhamentos estratégicos após 1968. Segundo ele a direita alinhou-se com o centro para tentar conter o incremento dos custos de produção, substituindo o discurso do desenvolvimento pelo discurso da globalização. Desse modo, o neoliberalismo refletiu

esta transformação no plano da teoria, ao passo que o Consenso de Washington o refletiu no plano da política. O Fórum de Davos converteu-se no locus desta produção teórica, e o FMI e a OMC nos braços implementadores. A resistência aos ajustes estruturais e à abertura econômica de alguns governos na periferia impediu que a redução dos custos de produção fosse suficiente para compensar a queda na taxa de lucro, abrindo espaço para a especulação financeira como forma alternativa de valorização. No campo da esquerda, por sua vez, deu-se início aos “movimentos de organização de movimentos”. Espaços como o Fórum Mundial Social passaram a transmitir a mensagem de que outro mundo é possível. Davos e Porto Alegre refletem, para Wallerstein, os dois vetores alternativos que se abriram no caos contemporâneo. Não obstante, o autor ainda chama para as implicações do 11 de setembro de 2001. Em sua visão, o ataque às torres gêmeas deu margem a uma ruptura do alimento direita-centro, abrindo uma possibilidade de afirmação política mundial unilateral dos EUA combinada com um esforço para eliminar a evolução cultural de 1968 (a questões de raça e sexualidade), bem como a de suprimir as conquistas geopolíticas desde 1945.

Não convém entrar nas perspectivas futuras do autor. Mais importante é destacar aquilo que lhe parece ser a questão central numa crise estrutural. Para Wallerstein, o elemento-chave do debate é o grau em que o sistema social se inclinará em uma direção ou em outra com relação às duas problemáticas centrais e de longa data da organização social, a liberdade e a igualdade. Problemáticas que estão muito mais intimamente conectadas do que o pensamento social contemporâneo tem se disposto a admitir. A brecha que se abre coloca em disputa aqueles que querem expandir as liberdades (da maioria e da minoria) e aqueles que querem suprimir as liberdades; e entre aqueles que querem suprimir as hierarquias e aqueles que querem reiterá-las. Enfim, interroga-se o autor: que sistema social nós queremos construir? Para responder a esta questão Wallerstein estabelece três tarefas prioritárias. A primeira é intelectual, devemos compreender claramente o mundo em que vivemos, daí a importância da reconstrução das ciências sociais. A segunda é moral, devemos decidir para qual direção queremos que o sistema se mova. Por fim, a terceira é política, decidir como atuaremos sobre o mundo.³³

³³ Para uma discussão mais aprofundada da perspectiva de Wallerstein sobre a crise estrutural ver: WALLERSTEIN, I. “Crisis as transition”. In: *DYNAMICS of global crisis*. New York, NY: Monthly Review Press, 1982. WALLERSTEIN, I. *World-systems analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, c2004. Ver em especial o capítulo 5 – O sistema-mundo moderno em crise: bifurcação, caos e escolhas. E para uma exposição mais condensada do argumento ver: WALLERSTEIN, I. “Structural Crises” In: *New Left Review*, 62, mar-apr, 2010, pp.133-142.